ATA Nº 06/2023

SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

---------- Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, no Salão Nobre do Edifício dos Paços de Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Arouca, sob a presidência do seu Presidente, senhor Pedro Miguel de Oliveira Rodrigues Vieira, com a presença do Primeiro Secretário, senhor Geraldo Tavares Campas e da senhora Maria da Conceição Duarte Castro Portugal, para preencher o lugar vago na Mesa devido a falta da Segunda Secretária, e restantes membros, senhores, Afonso Portugal Ferreira da Silva, Pedro Miguel Gomes de Sousa, Jonathan Gonzalez Y Ribeiro, Sérgio Manuel Brandão de Azevedo, António Brandão Ferreira Tavares Teixeira, Maria de Fátima Rodrigues da Fonseca, André Azevedo Vilar, Diogo Ribeiro Santos, Jorge Fernando Silva e Sousa, Joana Alexandra Gomes Brandão, Davide Nuno Tavares Fernandes, Óscar de Pinho Brandão, Ana Rita de Pinho Azevedo, Rui Filipe Vilar Gomes, Pedro Miguel Ferreira da Silva Bastos, Fátima Cristina Conceição Oliveira Pinho, Artur Miguel Quaresma Pereira Miller, José Maria de Oliveira Ribeiro, Luís Carlos Pinto Brandão de Almeida e os senhores Presidentes das Juntas de Freguesias Alvarenga, Chave, Escariz, Fermedo, Mansores, Moldes, Rossas, Santa Eulália, S. Miguel do Mato, Tropeço, Várzea, União de Freguesias de Arouca e Burgo, Cabreiros e Albergaria da Serra, Canelas e Espiunca e Covêlo de Paivó e Janarde. ----------

---------- Do Executivo estiveram presentes, a senhora Presidente da Câmara, Margarida Maria de Sousa Correia Belém, a senhora Vice-Presidente Cláudia Oliveira e os senhores Vereadores Albino Cardoso Gonçalves, António Carlos Duarte, Vítor Carvalho, Célia Alves e Maria Helena Rodrigues.-

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, às catorze horas e quarenta minutos. ----------

---------- Antes da ordem de trabalhos o senhor Presidente da Mesa cumprimentou todos os presentes. - ----------

---------- Em seguida foi elencada a ordem de trabalhos: ----------

---------- 1 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNÍCIPES----------

---------- 2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

---------- 2.1 – ATAS – APROVAÇÃO ----------

---------- 2.2 – CORRESPONDÊNCIA ----------

---------- 2.3 – DIVERSOS ----------

---------- 3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA ----------

---------- 3.1 – INFORMAÇÃO DA SR.ª PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO ----------
---------- 3.2 – ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2024 ----------
---------- 3.3 – COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA ----------
---------- 3.4 – MAPA DE PESSOAL PARA 2024 ----------
---------- 3.5 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – FIXAÇÃO DA TAXA ----------
---------- 3.6 – MOBILIDADE E SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ADITAMENTO ----------
---------- 3.7 – DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO ESTADO PARA A ÁREA METROPOLITANA DO PORTO ----------
---------- 3.8 – INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA E DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – CONHECIMENTO ----------

---------- **1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNÍCIPES:** ----------

---------- No período de intervenção dos senhores munícipes interveio o senhor **Fernando Correia** que, depois de cumprimentar todos, iniciou a sua intervenção sobre o problema do défice nas telecomunicações e da rede de fibra ótica, no concelho de Arouca. Continuou referindo que trouxe este assunto várias vezes à Assembleia Municipal, sublinhando que a colocação dessa infraestrutura é essencial nos territórios do interior para uma maior conectividade e para combater desequilíbrios e que não existe em Arouca. Referiu que a senhora Presidente da Câmara lhe disse que iria falar com a Ministra da Coesão Territorial, a Dr.ª Ana Abrunhosa, que esteve inclusive em Arouca, questionando sobre a resposta que esta teria dado relativamente à colocação de fibra ótica em Arouca. De seguida referiu outra das suas preocupações, enquanto membro da associação de pais da escola EB1 de Paços, Moldes, dizendo que as obras continuam a bom ritmo, que a obra foi concebida devido a uma promessa eleitoral, que foi feita num período em que a escola estava prevista a ser fechada, por falta de alunos e que, antes do início de todos os anos letivos, existe um grande problema que tem a ver com os transportes. De seguida, questionou se, no futuro Orçamento Municipal, a Câmara irá disponibilizar verba para criar um circuito para Moldes, dizendo que se a Câmara Municipal assumiu a execução da obra, tem de assumir as condições para a escola funcionar. Por último, referiu-se à obra do Centro Hípico, dizendo que foi feita em Reserva Agrícola Nacional, que obrigou ao encerramento da estrada sem qualquer tipo de aviso ou previsão de abertura da mesma, perguntando quem é o responsável político por essas autorizações. ----------

---------- Foi dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, que depois de cumprimentar todos, esclareceu alguns aspetos relativos às preocupações apresentadas pelo munícipe, dizendo que efetivamente há falta de cobertura de rede de fibra ótica, tendo sido feito o levantamento das zonas brancas, que foi enviado à Ministra Ana Abrunhosa e ao Ministro da Economia para que seja integrado num dos próximos concursos de Serviço Público de fibra e de rede, tendo sido informada que é expectável que a cobertura a nível nacional fique completa, nos próximos dois anos. Relativamente à escola de Moldes, recordou que a rede escolar não é o município que a define, mas sim o Ministério da Educação em conjunto com os Agrupamentos. O Município assegura os transportes escolares de todos os alunos que cumpram os requisitos para beneficiar dos mesmos, tendo investido 932 mil euros na mesma procurando garantir-se que nenhum aluno fica sem transporte, articulando-se nomeadamente com os senhores Presidentes de Junta. Recordou que a rede é dinâmica, com várias variações e alterações ao longo do ano letivo, assegurando-se que nenhum aluno paga o seu passe escolar e que têm 55 circuitos especiais implementados. Quanto à terceira questão referiu que as obras no Centro Hípico criaram bastante transtorno, e que as diferentes entidades competentes deram os respetivos pareceres e autorizações às várias intervenções lá realizadas. Informou que o Município aprovou o projeto em reunião de Câmara e o investidor comprometeu-se a fazer as obras de infraestruturas no espaço público, desde os passeios, iluminação elétrica, água, no valor de 600 mil euros. Terminou dizendo que a intervenção é avultada e complexa, esperando que seja concluída o mais rápido possível para que a circulação seja retomada. ----------

---------- **2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** ----------

---------- **2.1 – ATAS – APROVAÇÃO** ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa pôs a ata número 4/2023 a discussão. ----------

---------- Não tendo havido intervenções, foi posta à votação, por braço no ar, tendo sido aprovada por maioria com quatro abstenções por ausência na respetiva sessão. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa pôs a ata número 5/2023 a discussão. ----------

---------- Não tendo havido intervenções, foi posta à votação, por braço no ar, tendo sido aprovada por maioria com três abstenções por ausência na respetiva sessão. ----------

---------- **2.2 CORRESPONDÊNCIA:** ----------

---------- Como a correspondência foi enviada para todos, via email, este ponto da ordem de trabalhos foi cumprido. ----------

---------- **2.3 DIVERSOS:** ----------

---------- Interveio a senhora **Fátima Pinho**, cumprimentando todos os presentes e, de seguida, começou por referir que foi mais uma vez forçada a trazer à Assembleia o assunto dos transportes na Área Metropolitana do Porto, dizendo que a bancada do PSD teve mesmo razão antes do tempo, que sabiam que não ia correr bem e que não adianta justificar a falta de planeamento, preparação e influência do executivo. Referiu que nada justifica esta falha por parte do executivo e que inúmeras foram as vezes em que foi questionado acerca do ponto de situação do futuro e dos efeitos desta nova rede de transportes no município de Arouca e, sobretudo, na vida dos Arouquenses e que a senhora Presidente, em momento algum se dirigiu aos Arouquenses de modo a que os pudesse elucidar, consciencializar e tranquilizar acerca desta nova realidade e que não fez porque a senhora Presidente não lutou por nada de novo para Arouca, para os Arouquenses. Questionou sobre o que é que a senhora Presidente da Câmara andou a fazer durante todo este processo de adesão à Unir, e que importa reavivar a memória da senhora Presidente aquando do lançamento do concurso deste projeto, em janeiro de 2020, era Vice-Presidente da Área Metropolitana do Porto, cargo que, com tanta pompa e circunstância, apregoou como fulcral para a importância de Arouca. De seguida referiu alguns pontos acerca do funcionamento e aspetos a melhorar por parte da Unir em Arouca. ----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, esta começou por dizer que, em relação à rede Unir implementada este ano, que é uma operação efetivamente complexa e que na anterior Assembleia deu nota da dificuldade e preocupação que havia manifestado junto da empresa e da Área Metropolitana. Considerou que a rede Unir arrancou mal e que a Área Metropolitana esteve mal e que havia manifestado junto desta entidade as nossas preocupações com este processo complexo, tendo a mesma referido que poderíamos estar descansados. Informou que desde o primeiro momento têm vindo a ser efetuados os reportes de todas as inconformidades junto da Unir, havendo para o efeito articulação com os Agrupamentos de Escolas e com os senhores Presidentes de Junta. Referiu que neste momento existem 28 circuitos previstos, grande parte dos quais está a ser realizado, com os devidos ajustes na sequência das reclamações efetuadas. Referiu que o Município propôs novas linhas que não estão ainda a operar, para haver ligações mais ágeis para o Porto e para São João da Madeira, sublinhando que este é um trabalho minucioso, diário e complexo. Referiu ainda que a empresa está a fazer os últimos acertos de horários, havendo um conjunto de circuitos que não interferem com os demais municípios que a empresa está a estabilizar para depois divulgar os horários revistos, informando que numa segunda fase será investido nos circuitos mais rápidos. Recordou que a implementação da rede Unir decorre de uma imposição legal. Referiu que quer que a rede estabilize e

que se melhore a curto prazo o serviço de transportes e informou ainda que na LIT está a funcionar uma loja Andante. ----------

---------- Interveio de seguida, o senhor **Artur Miller**, que começou por cumprimentar todos os presentes e de seguida referiu uma questão do âmbito da saúde dizendo que na última reunião de Câmara, no ponto 14, foi aprovada a indicação do vogal executivo para integrar o Conselho de Administração da futura ULS que teve o voto favorável dos vereadores do PSD, foi dado esse voto de confiança e que, sendo esta uma indicação que irá representar e levar em conta os 5 municípios abrangidos por esta nova unidade de saúde, questionou sobre como correu este procedimento, quais os critérios que estiveram subjacentes a esta indicação acerca do perfil da pessoa indicada, sabendo que esta é uma nomeação muito importante. Continuou dizendo se esta indicação levará em conta os anseios das preocupações de todos os Arouquenses e que deveria ser um processo mais transparente, dar a conhecer à Assembleia dos pressupostos do perfil que optou e das razões que levaram a propor esta indicação, independentemente do perfil técnico. ----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, que referiu que a nomeação do vogal foi um processo muito transparente, tendo sido deliberado em reunião de Câmara uma proposta concertada entre os 5 municípios da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, aos quais havia sido pedido para nomearem um dos elementos que representasse os Municípios e a proposta foi concertada entre todos. Continuou dizendo que a proposta que foi levada à reunião de Câmara foi assinada por todos os presidentes, tendo sido proposto Paulo Filipe de Almeida e Silva Diz, que é o atual Diretor Executivo do ACES Entre Douro e Vouga II Aveiro Norte e que é um profissional que tem um currículo invejável e que irá representar e defender os interesses dos municípios e dos territórios nesta futura unidade local de saúde. ----------

---------- Interveio o senhor **José Maria Ribeiro**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e, de seguida faz uma reflexão sobre alguns assuntos, começando por referir que o valor das propinas que foram aprovadas em sede de executivo, em que aprovou um valor de 1347,50€, quando a proposta do PSD eram 1400,00€. Continuou referindo que essa diferença total é de, aproximadamente, 6000,00€ e que não se dá esses 6000,00€ para os alunos de Arouca, mas dá-se 7500,00€ para irem 2 pessoas ao Dubai receberem um prémio e, também, 8885,00€ num ajuste direto para aquisição de um balão ornamental de Natal. De seguida referiu a campanha "*Compre em* Arouca – *Compre Local*", em que o município investiu aproximadamente 15000,00€ em prémios, mais custos operacionais e que depois oferece um livro às crianças de Arouca, comprado numa grande superfície comercial. Por último referiu-se a um convite para assinatura de um protocolo, com

o senhor Secretário de Estado, para retirar uma cobertura de fibrocimento do pavilhão da Casa do Povo, lembrando que o fibrocimento é proibido desde 2005 e que 18 anos depois vem o senhor Secretário de Estado, depois do deputado da nação Rui Vilar ter falado na Assembleia da República sobre o assunto. Referiu ainda que o município tem o seu próprio armazém com cobertura de fibrocimento e que por baixo desse teto há um depósito de combustível, que não está devidamente legalizado, mesmo sendo do município a legalização do mesmo. ----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, referiu que a decoração natalícia é pensada pela equipa do município, que idealiza, projeta e manda executar. Informou que o balão é propriedade do município e que neste momento já tem propostas da empresa que o executou para alugar a outros municípios. Sobre a campanha "*Compre em Arouca – Compre Local*", referiu que foram cerca de 60000 cupões distribuídos com consumos mínimos de 20€ cada, o que traduz, só no âmbito do concurso, em 1200000€ em investimento local. Sobre os livros adquiridos, lembrou que a entidade onde compraram, encontra-se em Arouca, que o senhorio e os funcionários também são de Arouca. Quanto à assinatura do protocolo da cobertura de fibrocimento, referiu que a Casa do Povo concorreu a um dos apoios ao associativismo e que vai permitir prosseguir com a devida intervenção, com o Município a apoiar no desenvolvimento deste projeto. Informou ainda que o Município tem insistido junto do Ministério da Educação e da CCDR-N, entidades com responsabilidade neste âmbito para este pavilhão que serve a Escola Básica de Arouca. Sobre as bolsas de estudo referiu que houve uma proposta que foi feita pelo PSD para aumentar em cerca de 25% das bolsas de estudo e que o Executivo, durante a reunião de Câmara, tentou chegar a um entendimento com os seus vereadores, o que não foi possível. O valor do aumento das bolsas de estudo foi definido em função da inflação, que foi 7,8%, em 2022, e considerou que o maior problema não é efetivamente o valor máximo, mas sim o valor que permita o acesso ao apoio. Continuou dizendo que foi apresentado na reunião de Câmara seguinte a abertura do procedimento de alteração das bolsas de estudo para que os Arouquenses possam se pronunciar para se poder melhorar este regulamento. ----------

---------- Interveio o senhor **Pedro Bastos** que começou por cumprimentar todos os presentes, e de seguida faz um alerta sobre as más condições das infraestruturas rodoviárias no concelho, sejam municipais ou nacionais, com muitos problemas, sem as respetivas pinturas de via e muitas outras com grande desgaste das mesmas e sem proteções laterais em alguns pontos críticos. Continuou referindo, sobre a Fibra, que as empresas de telecomunicações se preparam para aumentar os custos da utilização e que é importante reconhecer que houve algum alargamento da rede, mas também é verdade que a qualidade do serviço existente tem diminuído ou tem-se degradado consideravelmente

e que se passou a ter mais cobertura, mas a ter uma pior qualidade dessa cobertura. De seguida referiu que abriu recentemente uma nova superfície comercial no concelho vizinho, Vale de Cambra, e que a mesma empresa tentou implementá-la em Arouca, mas que pelos vistos não foi possível e acabou por optar para ir para o concelho vizinho. Continuou dizendo que também o Pingo Doce apresentou já algumas propostas para tentar construir um edifício de raiz e que lhe parece que também não foi aprovado. De seguida questionou se existe algum problema, que parece que há algum entrave a que novas superfícies sejam construídas ou se localizem em Arouca, se existe alguma falta de entendimento entre a autarquia e essas entidades. ----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, referiu que relativamente às pinturas e aos rails deu razão, que é uma manutenção que tem que ser feita com regularidade e que nas empreitadas que foram lançadas estão previstas as respetivas pinturas, estando ainda previsto o lançamento de uma nova para as pinturas e colocação de rails. Sobre a Fibra referiu que está de acordo, que não basta ter, é preciso que a velocidade da rede seja compatível com as necessidades e espera que as operadoras consigam resolver. Quanto à questão da superfície comercial, referiu que não entendeu o que pretendeu com a questão, porque os projetos são apresentados no urbanismo, sendo aí analisados para verificarem se estão a ser cumpridos os requisitos que são exigidos. Sublinhou que esta é uma questão de urbanismo, que não há aqui entraves, apenas os que a lei pode impor. ----- ----------

---------- De seguida, usou da palavra, o senhor **Vítor Arouca**, Presidente da União de Freguesias de Arouca e Burgo, que começou por cumprimentar todos os presentes, e, de seguida pôs duas questões, a primeira foi sobre as obras que vão sendo feitas um pouco por todo o concelho, que devia ser disponibilizado pelo menos uma planta geral da intervenção que está a ser feita às juntas de freguesia, para que depois os presidentes de junta ao serem confrontados, muitas vezes com reclamações às quais não se consegue responder se não tiver noção daquilo que vai ser executado. Uma outra questão foi que na reunião de Câmara de 21 de novembro, no ponto 25, foi apresentada à consideração da Câmara uma carta da Associação dos Amigos de Arouca a dar conhecimento que pretendiam estabelecer um protocolo com a União de freguesias de Arouca e Burgo, visando a cedência do espaço da sua sede, na Avenida 25 de Abril, para o desenvolvimento de ações de cooperação e divulgação, promoção e dinamização que permitam o desenvolvimento e criação de sinergias, ou seja, continuou, utilizar o espaço para atividades que poderiam ser desenvolvidas pela associação e que a Junta de Freguesia pretendia colaborar com o apoio, pelo menos nas despesas da utilização do espaço, mas que a Câmara deliberou não autorizar essa cedência nos termos e com base

numa informação dos serviços e que essa informação não é pública. Questionou a senhora Presidente, qual o fundamento para esta decisão?----------
---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, referiu que relativamente á primeira questão que se pode melhorar efetivamente essa relação com os Presidentes de Junta e que tem conhecimento que sempre que se faz uma intervenção é articulado com os senhores Presidentes de Junta, mas que se pode melhorar. Quanto à segunda questão, referiu que o que está em causa é um subaluguer no âmbito de um protocolo que existe com a Associação Amigos de Arouca para um fim que é a de atividades seniores. Recordou que já existem espaços seniores em Arouca, pelo que, a ser aceite, estariam a duplicar a oferta, razão que sustentou a não aprovação. ----------
---------- De seguida, usou da palavra o senhor **Jorge Oliveira**, Presidente da Junta de Freguesia de Mansores, que começou por cumprimentar todos os presentes, e, de seguida deu nota, que esteve presente em representação da Assembleia Municipal, do 26º Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, na cidade do Seixal. Foi realizado no passado dia 30 de setembro e 1 de outubro com a senhora Vice-presidente do Município de Arouca, Cláudia Oliveira, tendo sido bastante produtivo, não só pela partilha de ideias, mas também pelo conhecimento de temas fulcrais do momento, transferência de competências, a descentralização, os escassos recursos das Juntas de freguesia e autarquias, assim como a desertificação de várias aldeias e freguesias onde será preciso mais respostas do poder central do Governo para que a igualdade e a qualidade de vida sejam mais eficientes e justas e referiu que isto foi no global o que foi discutido e alertado de uma forma geral nesse Congresso. De seguida alertou que na estrada nacional EN326, ao quilómetro 30.4, desde o dia 16 de dezembro se encontra em perigo devido ao corte de árvores que foi realizado pelo proprietário e que neste momento é um perigo, onde é urgente intervir de forma rápida e eficaz. Continuou alertando para a urgente colocação de proteções laterais, sabendo que a Infraestruturas de Portugal já esteve no local, foi aberto um processo onde irão proceder ao reforço da sinalética e respetiva proteção, mas quanto a isto questionou a senhora Presidente se pode avançar com mais alguma informação. Relativamente à campanha do comércio local, deu os parabéns pela iniciativa, pelo terceiro ano consecutivo, e que se notou uma grande envolvência e preocupação das pessoas em comprar localmente. Em relação aos transportes públicos referiu que também tem sido bombardeado de uma forma geral relativamente à falta de comunicação e de horários e que acha injustas algumas intervenções, na Assembleia, porque os agrupamentos e o município tiveram um trabalho árduo, reconhecendo que houve muitas falhas, porque houve muitas pessoas que não cumpriram com o seu trabalho. Por fim, felicitou os 3 prémios recebidos pelo município de Arouca, o município

envelhecimento Pró-Ativo, Autarquia familiarmente mais responsável e o terceiro que será recebido em janeiro, galardão Autarquia Voluntária e que são 3 prémios que distinguem pela coragem, resiliência, um concelho com bons valores e uma identidade muito própria e equilibrada, graças a pessoas e equipas que lutam pelo bem comum. ----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara que, relativamente à estrada nacional EN326, houve um abate de árvores, que foi feito por um privado em meados dezembro, tendo sido de imediato comunicado à IP e que tem acompanhado de uma forma muito insistente e permanente por parte do Coordenador da Proteção Civil, havendo a indicação que estão a tratar do procedimento para colocar os respetivos rails. Informou também que foram adotadas medidas para mitigar os riscos provisoriamente. Sobre a questão dos transportes públicos, voltou a sublinhar que o que pretende é, a partir de agora, consolidar a rede e trabalhar para melhorar o serviço, a rede e os horários e reiterou o papel que os senhores Presidentes de Junta tiveram neste processo, no alerta, na identificação dos diferentes problemas, bem como o papel dos Diretores dos Agrupamentos. ----------

---------- Seguidamente interveio o senhor **Óscar Brandão**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e, de seguida, referiu-se á intervenção do munícipe Fernando Correia que interveio sobre a rede escolar, os transportes, as dinâmicas que cada escola e cada agrupamento pode e deve ter e que a senhora Presidente foi clara a dizer que não é o município que define a rede escolar e que lhe queria responsabilizar pelo facto que é também o município que define a rede escolar, é uma competência, uma responsabilidade de que o município não se pode demitir, e essa competência e essa responsabilidade tem vindo a ser cada vez maior. E que é uma responsabilidade grande do município na definição da rede escolar e que tem de assumir essa responsabilidade e ter coragem de achar o que é melhor para Arouca e assumir que isso é também muitas das vezes uma opção política. De seguida referiu-se ao Instituto de Conservação da Natureza, sobre a intervenção que foi feita na Freita, que é deveras preocupante e impactante e que os alertas que lhe fizeram chegar, e com certeza também fizeram chegar à Câmara, da destruição de alguns dos percursos que eram das maiores atrações na Serra da Freita, que foram destruídos caminhos tradicionais, muitas das vezes limitados por guias de pedra, fruto do trabalho de centenas de anos das populações da Serra, foram em grande parte arruinados por terraplanagens que alargaram caminhos, destruíram as marcas de pedras, destruindo turfeiras essenciais ao equilíbrio da natureza. Questionou sobre que papel teve a Câmara Municipal nesta decisão do Instituto de Conservação da Natureza? Se foi ouvida, se interveio quando soube do que é que se passava? O que é que na realidade foi feito? Que papel podem ter tido aqui os vigilantes da natureza e todos aqueles que estão de alguma maneira ligados ao Geoparque? Continuou dizendo

que esta situação não pode passar de alguma maneira sem a sua reprovação e a reprovação forte também da Câmara. Referiu, ainda, que há registo que uma possível via romana que ligava Viseu ao Porto foi destruída, quer horizontal, quer transversal e é preciso ser esclarecido. De seguida referiu-se sobre a vida associativa, sobre o regulamento da concessão de apoios ao desenvolvimento cultural social. Continuou dizendo que começou a ser revisto há quase um ano, que existe desde 2016, está em revisão desde 2017 e que é muito importante esta questão em termos de apoio às associações, com que linhas é que se vão orientar as associações em termos de regulamento, o que é que as espera efetivamente? E concretamente, o que é que espera as IPSS, nomeadamente o Patronato que pretende dotar uma ERPI, Estrutura Residencial Para Idosos, ou seja, um lar, com um investimento de cerca de 5000000€ e que na sua opinião e na opinião da bancada do PSD, Arouca não pode de modo algum perder este investimento. Referiu ainda que a instituição já tem um terreno adquirido, investe também com recursos próprios e questionou o que é que a Câmara pode ajudar esta instituição, como tem ajudado todas as outras? Disse ainda que o município nunca voltou as costas e que por isso, em 2017 aprovou-se, por unanimidade, alteração ao regulamento e que é preciso que a Câmara se vincule com compromisso, porque ele é importante para Arouca. ----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, referiu que sobre a rede escolar, que o que quis dizer foi que não é a Câmara que aprova, o que não quer dizer que a Câmara não se preocupe, tanto é, que ao longo destes últimos anos, se houve escolas que não fecharam no concelho, foi fruto da pressão política do município. Relativamente à questão na Serra da Freita, referiu que foi surpreendida pela intervenção e que foi solicitada informação e esclarecimento ao ICNF e que o Município não foi ouvido. Foi uma decisão e o ICNF tem essa autonomia porque trata-se, segundo a informação que teve, da gestão das faixas primárias que estão definidas no plano regional da defesa da floresta contra incêndios. Referiu ainda que não tem conhecimento de qualquer dano em via romana e que se tal aconteceu o ICNF terá de prestar os esclarecimentos necessários. Quanto ao apoio ao associativismo, referiu que se há município que sempre esteve ao lado de todas as coletividades e IPSS tem sido o município de Arouca e não deixou de apoiar, mesmo no período da pandemia e que está a ter lugar uma revisão do regulamento e que enquanto não houver um novo regulamento, as regras que regem o apoio ao associativismo é o regulamento atual. O município sempre esteve ao lado de todas as IPSS, principalmente nos investimentos que fazem para garantir o apoio social. Sobre o caso concreto, o Patronato, referiu que o regulamento atual não permite apoiar a ERPI que é uma estrutura residencial para idosos, porque vão recorrer ou já recorreram ao financiamento do PRR, que apoia 100% das despesas elegíveis e que têm estado a conversar sobre essa matéria com a entidade

proponente. Referiu ainda que está marcada uma reunião na próxima semana para, em conjunto, se verificar a forma de se encontrar, cumprindo o regulamento, outras questões que se prendem com os equipamentos, nomeadamente mobiliário, que a instituição necessita e que não está abrangida pelo financiamento e que tem que ser apresentada com uma nova candidatura ao regulamento ao associativismo. ----------

---------- Seguidamente interveio o senhor **Afonso Portugal**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e, de seguida, fez algumas observações sobre os transportes escolares referindo que tem uma ideia, mas que não conhece profundamente, que os transportes escolares estão assegurados para toda a população escolar, mas já não sucederá se os alunos, por exemplo, viverem na Vila e quiserem frequentar a escola de Alvarenga, Moldes ou Rossas. E que aí tem de ser os próprios pais, que por opção qualquer, porque gostam de professor, porque gostam da escola, porque tem uma relação com esse território e que não competirá à rede escolar apoiar esses mesmos transportes e muito menos assegurá-los. De seguida referiu-se ás duas operadores de transportes que existiam antigamente e que todos os transportes de Arouca para os grandes centros estavam concentrados só nessas 2 empresas, o que era facílimo de gerir porque era sempre igual e que agora, além da rede não ser gerida pelos municípios, passou a ser gerida pela Área Metropolitana do Porto, que é a entidade que, por sua vez, pode substabelecer noutras entidades para fazer a gestão da rede de transportes Intermunicipais e que estranho seria, continuou, se ao fim de um mês ou quinze dias estivesse tudo a funcionar perfeitamente, sendo mesmo impossível. De seguida referiu-se à fibra ótica, trazendo o seu caso, em que continua a não ter fibra ótica, que sabe que está a 300m da sua casa. Fez as queixas e reclamações e os pedidos a várias entidades, nomeadamente a quem gere nesta zona a instalação da fibra ótica, a empresa que o faz, mas não foi possível e que a Anacom tem no seu site um sítio próprio onde os não beneficiários de fibra ótica podem apresentar a sua queixa. Referiu ainda o Concurso Público Internacional que foi lançado para a composição de uma rede que vai até 2026/27 preencher estas zonas brancas que acontecem no nosso Concelho, que acontecem em todo o país. De seguida referiu-se ao balão da praça, dizendo que Arouca nas festas da época natalícia, todos os anos, vem apresentando uma situação diferente e ficou satisfeito e contente em saber que é o próprio município, os funcionários do município, as pessoas que trabalham nesta Câmara que engendram, projetam e mandam executar como por exemplo este balão na praça. Considera que foi barato e para mais não é alugado, é do município, o que quer dizer que um dia qualquer pode ser colocado noutro sítio qualquer do concelho e que quando isso contribui para o bem-estar das populações, ver dezenas de crianças e dezenas de adultos a tirar fotografias, percebe-se isso e sente-se

bem. Ainda referente aos transportes, referiu que o facto de a senhora Presidente ser membro da Área Metropolitana do Porto não lhe dá o direito, nem aos arouquenses, de meter cunhas. Que a Área Metropolitana do Porto é um órgão colegial, constituído por 17 municípios e que cada um tem um voto e não lhe dá o direito de influenciar. ----------

---------- Seguidamente interveio o senhor **Luís Almeida**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e, de seguida questionou a senhora Presidente da Câmara sobre a luz pública em Bacelo, Várzea, perguntando quando está prevista a intervenção e a colocação dessa luz? De seguida interveio sobre o PDM e a consulta pública, referindo que irá haver consulta pública, mas de Secretaria, ou seja, as pessoas têm de vir à Câmara, têm de ir ao site, têm de fazer exposições e que acha que para haver uma discussão pública verdadeira seria presencial nas juntas de freguesia do concelho, porque só assim é que esclarece os cidadãos e só assim é que as pessoas podem exprimir aquilo que devem ou não discutir sobre o PDM local. De seguida referiu-se sobre as análises das águas e questionou se a Câmara está atenta a esse problema, se faz a monitorização das águas e das análises e se há alguma inconformidade que tenha surgido ultimamente em relação às águas consumidas pelos cidadãos. Interveio, também, sobre a estrada encerrada, que acha lamentável estar encerrada há tantos meses e, neste caso, quem é que está a fazer as obras? Que acha um excesso de voluntariado do empreendedor, que faz uma escavação até ao limite da estrada e que se fosse um outro particular teria de haver um limite de afastamento da estrada. Questionou se é fiscalizado pela autarquia, quem é o responsável de acompanhamento à obra? De seguida referiu-se às palavras que o senhor Presidente da Câmara do Porto dirigiu a Arouca, e se a senhora Presidente da Câmara tomou alguma iniciativa ou se esta Assembleia deve tomar uma iniciativa de repúdio pelas palavras que dirigiu ao município de Arouca publicamente? Acha que foram deselegantes, uma falta de consideração para as pessoas de Arouca e pela Presidente da Câmara. ----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, referiu que quanto ao primeiro ponto da luz pública em Várzea, está em análise pelos serviços da Câmara, juntamente com outras situações e que será resolvido no tempo que for necessário para o efeito. Sobre a segunda questão referiu que foi para publicação em Diário da República o procedimento de consulta pública e que nesse período, que decorrerá durante 30 dias úteis, é o momento fundamental e crucial para que todos se pronunciem sobre o mesmo. Referiu ainda que apesar de o governo ter prorrogado mais 1 ano para o fecho dos PDM, o município de Arouca é um dos poucos que vai passar para a consulta pública destes documentos de terceira geração. Continuou referindo que as equipas técnicas do município vão estar disponíveis diariamente para responder às questões e analisar questões concretas deste documento,

que é complexo porque há uma reclassificação dos solos, que é uma imposição legal. Quanto à questão da análise das águas e a monitorização das águas referiu que a taxa de conformidade da água para consumo humano das redes das Águas do Norte é na ordem dos 99.8% e, portanto, elas são analisadas e monitorizadas periodicamente pela entidade que gere o sistema que é a Águas do Norte. Quanto à estrada encerrada, referiu que já tinha respondido e que de todas as inconformidades que foram detetadas, houve autos de contraordenação e que tal como tinha referido, foi feito um acordo de cedência de terreno que depois vai passar para a autarquia e a intervenção será feita pelo privado. Sobre a questão do Presidente da Câmara do Porto, referiu que não sentiu que o Município de Arouca tivesse sido maltratado pelo edil portuense devido ao caso dos apoios para o Coliseu, e que se assim fosse seria a primeira a insurgir-se, reconhecendo que às vezes na luta e na tomada de posições vincadas nesta diversidade de territórios, podem exceder-se, mas que pelo que leu não foi nada que deixasse Arouca mal e que Arouca está muito bem integrada na Área Metropolitana. ----------

---------- O senhor **Luís Almeida** voltou a pedir a palavra e voltando ao tema sobre o Porto referiu que numa entrevista do senhor Presidente da Câmara do Porto e que após citar uma frase do mesmo, referiu que fez referência às pessoas de Arouca, que ajudaram o Porto a ser grande, nomeadamente ao senhor Afonso Pinto de Magalhães. Referiu ainda que sobre o Coliseu que nota que está a tirar dinheiro daqui que está destinado a Arouca para pagar o Coliseu, porque também ninguém se importou que uma parte do convento de Arouca fosse privatizado. Continuou referindo que se quiser ir lá a um concerto tem de pagar muito e não consegue bilhete, porque o turismo consegue reservar todos os concertos que eles lá têm, reservando com a antecedência e que não se pode estar aqui a perder o nosso investimento. ----------

---------- O senhor **Afonso Portugal** voltou a pedir a palavra para referir que o Coliseu do Porto é propriedade privada. Continuou referindo que aqui na Avenida 25 de Abril existe um bar chamado Villa Bar que funciona desde há uns meses a esta parte até às 4:00 da manhã e no recreio às vezes vai até às 6:00. Continuou dizendo que na Avenida 25 de Abril há bastantes residências, muitas pessoas, umas jovens, outras menos jovens, que precisam de dormir e que sendo proprietário de uma habitação desta Avenida entende que tem de dar a cara porque há muita gente que se queixa, mas não querem tomar a iniciativa de se exporem publicamente. Continuou referindo que é um contrassenso que no século XXI exista um bar que põe a música em altíssimos berros e que o estabelecimento não tem sequer um hall de entrada que bloqueie o ruído quando as pessoas saem e entram, porque muitas vêm fora fumar/ conversar e não sabe se existe licenciamento. E questionou se existe licenciamento para esta atividade? E requer, nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, que a Câmara lhe

faculte, como membro da Assembleia Municipal, o processo de licenciamento e todas as diligências que foram feitas ou exigidas ao proprietário para que esse licenciamento fosse autorizado, se é que está autorizado, porque crê que não poderá estar licenciada uma coisa dessas, mas se está, vem requerer formalmente que lhe fosse facultado todo o processo de licenciamento para que possa analisar e tomar as devidas providências. ----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, referiu que os serviços irão facultar a informação que solicita. ----------

---------- Seguidamente interveio o senhor **Pedro Sousa**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e, de seguida falou sobre a questão dos transportes e referiu que tem 2 filhos que dependem em 99% do seu dia a dia dos transportes públicos e que se recorda, no primeiro dia, de o seu filho mais novo, que tem 16 anos, lhe ter ligado de perto do El Corte Inglês porque estava à 3 horas à espera para ir dali a Pedroso que são 7 ou 8 km e que ao fim de 3 horas tinha passado um autocarro completamente cheio, não conseguiu entrar e estava desesperado e pediu para o levar a casa, que conhece esta realidade dos transportes. Continuou dizendo que é um problema de todos os municípios, ao contrário do que o PSD refere e que é tratado pela Área Metropolitana do Porto e que toda essa envolvente tem impacto na vida de todos os municípios. Continuou fazendo referência ao facto do PSD Arouca só gostar de fazer comparações com os outros municípios de referência e que quando é para defender uma posição do município, perceber as dificuldades que nós temos, os outros municípios já não interessam nada. Continuou dizendo que temos é que nos concentrar no que é nosso e que prefere fazer sempre comparações, porque os municípios são organismos vivos, vivem das suas envolventes, das suas interdisciplinaridades, ligações e o que seja e que acha que as comparações valem sempre a pena. Referiu ainda que alguns partidos querem trazer para o executivo, uma responsabilidade que não é dele e que acha que as pessoas acompanharam pela televisão, viram tudo o que aconteceu e que rotular todos os presidentes da Área Metropolitana do Porto como pessoas incapazes de ter previsto tudo isto, parece-lhe exagerado e que se não são todos culpados, de certeza que este em particular também não. De seguida fez referência aos 3 prémios que a Câmara Municipal recebeu e que acha que eles são sempre relevantes porque são prémios que demonstram bem o foco colocado na atividade diária para com os arouquenses, prémio da autarquia mais familiarmente responsável, da autarquia voluntária e o selo da Comunidade pró-envelhecimento. De seguida referiu a ampliação da área de acolhimento empresarial de Arouca, que é neste momento superior a 1000000€ e que adicionou os 8 lotes que dá aqui nota da atividade da câmara municipal, a maior competitividade e dinamismo. Continuou referindo alguns dados do final do ano e que o Instituto

Nacional de Estatística deu nota que nunca existiram tantas empresas a funcionar em Arouca como em 2022 ou seja, continuou, significa que estão a surgir empresas novas e empresas a crescer e a contratar cada vez mais e que isto leva também ao facto de que nunca houve tantas pessoas a trabalhar para as empresas em Arouca como no ano passado, quase 8600, o que significa que todo o trabalho feito pelos empresários, pelos seus colaboradores, por todas as pessoas que investem e também, obviamente, pela Câmara Municipal tem dado frutos. De seguida referiu que nunca o valor de uma coisa chamada valor acrescentado absoluto, foi tão alto como no ano passado, o que significa que é uma economia, em Arouca, que cresce e que dá emprego e que tem dado sinais positivos. Referiu, também, que nos dados do INE publicados com algum atraso, está numa última nota que tem a ver com o poder de compra per capita, que tem vindo sempre a crescer e que cresceu da última vez, que é ainda baixo, aliás, é o poder de compra per capita mais baixo da metrópole do Porto, mas que é dos poucos que vem sempre a crescer e que na última atualização, 9 dos 17 perderam poder de compra. Por fim, deixou uma questão sobre a saúde, qual é o ponto de situação da instalação da unidade local de saúde? -- ----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, referiu que sobre a unidade local de saúde deu indicação do representante enquanto vogal na estrutura de administração desta futura estrutura e que tem indicação que tudo correndo bem, no início do próximo ano irá começar a ser formalizada esta estrutura que vai agregar tudo o que à saúde diga respeito, em toda esta área de intervenção e que está com expectativa de que esta proximidade que venha a existir em termos de decisão seja muito benéfico para Arouca. ----------

---------- Seguidamente interveio o senhor **José Luís Fevereiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Chave que começou por cumprimentar todos e de seguida começou por fazer referência á falta da fibra ótica no lugar da Bouça. De seguida fez referência à Junta de Freguesia de Chave ter tentado fazer uma candidatura para limpeza de um terreno em Chave, que é um terreno basto e que era uma forma de intervir e o Engenheiro Jorge disse que lamenta, mas não é permitido a pessoas coletivas e entidades públicas candidatar-se ao vale florestal, a Câmara não tem culpa disso, mas se pudesse intervir para que seja aberta essa possibilidade, era ótimo. De seguida referiu-se aos transportes públicos e das dificuldades iniciais e, também, dos vários abrigos de passageiros em que têm tijolos de vidro partidos e a necessitar pequenas intervenções. De seguida falou da necessidade da conversão dos leds da iluminação pública na zona industrial da Farrapa. Falou, também, da Estrada Nacional EN224-1 e da necessidade da sua requalificação. ----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, referiu que o senhor vereador registou as notas a que se referiu para se tentar corrigir aquilo que é da sua competência e que sobre a EN224-1 referiu que o município de Arouca, a AECA e também Vale de Cambra e Oliveira de Azeméis têm reforçado junto do Ministério e que vão reiterar junto do próximo governo esta necessidade. ----------

---------- Seguidamente interveio o senhor **Rui Vilar** que começou por cumprimentar todos e de seguida começou por referir que o papel da Assembleia Municipal é fiscalizar a ação do município e alertar o município para as várias situações e que um dos alertas que o PSD fez nas últimas assembleias municipais, foi precisamente a questão dos transportes e por isso é que o PSD pediu esclarecimentos à senhora Presidente, porque é que os problemas aconteceram? De seguida deu exemplos do mau funcionamento dos transportes da UNIR, nomeadamente os horários. De seguida fez referência ao protocolo com a Associação dos Amigos de Arouca, para a população mais idosa, de usufruírem de um espaço com condições, com aquecimento, com funcionário e com mais conforto para jogarem cartas e se divertirem e passarem a tarde durante os dias de Inverno e que, continuou, é um protocolo que já existiu e que a Câmara sabe que já existiu, que não é nenhum subaluguer e que por causa disso pediu, como membro da Assembleia Municipal e a bancada do PSD, um parecer técnico dos serviços para se saber o que é que lá vem escrito. De seguida pediu que fossem disponibilizados todos os reportes que a Câmara enviou para a Área Metropolitana do Porto sobre os problemas e mau funcionamento dos transportes Unir. De seguida referiu que ficou bastante aliviado por perceber, conforme a senhora Presidente disse, que a Câmara vai procurar uma solução conjunta junto do Patronato para a construção de uma estrutura residencial para idosos, porque, continuou, neste momento as vagas das Instituições em Arouca estão completamente lotadas. Referiu, ainda, que a Câmara tem que apoiar uma iniciativa que tem 3000000,00€ do PRR e que Arouca não pode desperdiçar. Referiu, também, que Arouca é muito bonita no Natal e que teve uma excelente decoração de Natal, mas que o alerta do preço do balão veio no comparativo com o facto da Câmara não apoiar uma proposta do PSD, para aumento de bolsas de estudo, para os alunos estudarem, para terem condições para estudar, e que prefere gastar 8000,00€ num balão decorativo. E que era só nesse sentido de comparação de prioridades. ----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, referiu que não iria comentar porque já o tinha feito em outras questões anteriores. ----------

---------- 3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: ----------

---------- 3.1 INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO: -------

---------- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma breve apresentação das várias atividades explanadas no documento, que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo. ----------

---------- Pediu a palavra o senhor **Pedro Sousa**, para apenas se referir sobre as várias expressões usadas pelos deputados municipais na assembleia municipal. ----------

---------- Interveio, sobre este ponto, a senhora **Fátima Pinho**, que, primeiramente, referiu que o documento está bem conseguido e agradece à equipa técnica do município, contudo, considera que isto é apenas o relatório de atividades, porque todas as obras e empreitadas não são atuais, e acrescenta que não há nada de novo neste documento. Referiu que há um tema que a preocupa, que são as bolsas de estudo para os jovens estudantes e que gostaria de ver esse assunto melhor talhado pela senhora Presidente da Câmara, uma vez que verifica-se nesta informação a questão do aumento das bolsas de estudo, ou seja, de um valor de 1250€ para 1347,50€, ou seja, um aumento a taxa de inflação de 2022, de 7,8% e questionou sobre a rejeição da proposta do PSD, a do aumento de 20% do teto máximo das bolsas a atribuir e que gostaria que a senhora Presidente explicasse aos jovens arouquenses o valor adotado que não se compreende. Continuou, que o aumento aprovado pelo executivo camarário do Partido Socialista não se mostra suficiente com a realidade económica e social e que lamenta essa rejeição da proposta do PSD. Referiu, ainda, sobre a revisão do regulamento da atribuição destas bolsas, que para além de um dos objetivos dessa revisão, que é a identificação do valor mínimo para a atribuição, que outros motivos e, sobretudo, quantos anos se vai esperar pela apresentação da proposta do novo regulamento? ----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, referiu que, relativamente às bolsas de estudo, não deve ter sido suficientemente clara e deu nota de que o município tentou negociar com a oposição na reunião de Câmara e que não foi possível chegar a um consenso e, portanto, foi rejeitada a proposta de aumento de 25% no valor máximo e que apresentaram posteriormente uma proposta de aumento tendo como referência o valor da inflação para aumento do valor máximo da bolsa. Referiu, ainda, que quem recebe as bolsas do município, geralmente também recebe as bolsas da faculdade e uma das suas preocupações é a de que muitos dos jovens não conseguem aceder a estas bolsas devido à questão do valor mínimo, lembrando que o documento está em consulta pública. ----------

---------- Voltou a intervir a senhora **Fátima Pinho**, questionando quanto tempo vai demorar o regulamento a estar pronto após a consulta pública? ----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, referiu que vai ser durante o próximo ano.

---------- Interveio o senhor **Pedro Bastos**, que iniciou a sua intervenção sobre a questão da toponímia em Arouca, referindo sobre a implementação e a atribuição célere dos números de polícia, da responsabilidade da autarquia, e que tem provocado falhas na entrega da correspondência por parte dos CTT e que sobre isso questionou como é que está esse processo, se está perto do fim ou se ainda está muito atrasado? De seguida falou sobre a biblioteca municipal, referindo que estão previstas obras pontuais e essenciais, mas que há anos se fala em obras de requalificação, de fundo, em todo o edifício e que acha que deve ser feita uma obra de carácter urgente para dotar de melhores condições para os seus utilizadores e que o seu estado de degradação, em especial no exterior, em nada dignifica. De seguida referiu a cedência das instalações da casa dos magistrados à Banda Musical de Arouca, em regime de comodato. Continuou dizendo que reconhece o interesse e a necessidade da Banda Musical de Arouca ter um espaço maior para desenvolver os seus projetos, mas que também reconhece a dificuldade que o município tem em garantir instalações para os serviços, até ter a ampliação do edifício dos Paços do Concelho e dessa forma, manifestou alguma estranheza e dificuldade em entender que a autarquia não tenha aproveitado as referidas instalações para albergar os seus serviços, que neste momento funcionam em lojas alugadas com valores ainda consideráveis. De seguida, sobre a base logística de apoio ao turismo de natureza no sítio dos Viveiros da Granja, referiu que a obra estagnou e questionou se está a cumprir os prazos, se há algum problema para isso ter acontecido? De seguida falou sobre a instalação de sensores para informação dos lugares de estacionamento, referindo que estes mecanismos são muito úteis, mas também seria importante a autarquia pensar em criar e de qualificar novos espaços de estacionamento no centro da Vila. De seguida parabenizou o CI3 pelo seu quinto aniversário e solicitou esclarecimentos, tendo em conta o resultado do inquérito lançado pelo município, para recolha de contributos para a estratégia municipal da Juventude, de onde se destaca o emprego e o empreendedorismo com temáticas mais votadas e que sabendo que neste momento a capacidade do edifício está no seu limite, questionou se está previsto e, se sim, para quando a construção de um edifício de raiz, para albergar o CI3 com outra capacidade e outras condições. Continuou questionando que não estando os transportes públicos ajustados em quantidades e horários à realidade do concelho, dificultando muito a deslocação dos munícipes da zona nascente para o atual Polo CI3, na zona ocidental do Concelho, se está prevista a criação de novos polos de CI3, nas outras zonas industriais para facilitar o acesso e distribuição geográfica e as oportunidades aos respetivos munícipes? Para terminar, referiu a formação profissional destinada ao setor de construção civil, reconhecendo a necessidade de formação de mão de obra qualificada e que tendo terminado o primeiro módulo, questionou qual o balanço dos resultados deste módulo, se do

universo de alunos inscritos no Modulo 1, todos terminaram com aproveitamento e desses quantos integraram o mercado de trabalho na área de formação? ----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, sobre a toponímia esta referiu que os serviços estão a terminar, julgando estar em falta apenas uma junta de freguesia e algumas revisões ou alterações que as juntas de freguesias vão solicitando. Sobre a biblioteca municipal, referiu que é sua pretensão avançar com as intervenções que são efetivamente urgentes, contudo, houve necessidade de revisão do projeto porque foram detetadas algumas intervenções que são necessárias e não estavam previstas no caderno de encargos. Sobre a Casa da Cultura referiu que vai haver uma partilha de espaços entre a Banda Musical de Arouca e os serviços da área social do Município, bem como outras associações que também já tinham lugar naquele espaço. Sobre os Viveiros da Granja referiu que é uma obra que tem tido muitos problemas, inicialmente com o primeiro empreiteiro e agora também com o empreiteiro atual, estando o Serviço Jurídico com o fiscal da obra a analisar algumas questões pendentes que mantêm esta obra num impasse. Relativamente aos novos espaços de estacionamento referiu que têm projetos que vão permitir realmente ampliar alguns lugares de estacionamento, bem como, no âmbito do projeto dos bairros digitais saudáveis, haverá maior agilização e identificação dos lugares e respetiva disponibilidade. Sobre o CI3 referiu que têm um projeto, que ambicionam construir, mas para tal têm que conseguir o respetivo financiamento. Continuou referindo que estão construindo novos polos, não só na indústria, mas, também, na variante da parte cultural e artesanato. Referiu, ainda, que está a funcionar no centro da Vila e que contam no próximo ano ampliar. Informou que têm 16 empresas incubadas e recursos humanos altamente qualificados, várias empresas de nível tecnológico e que é um incentivo para encontrar soluções para reforçar e albergar novas empresas. Quanto à formação profissional, referiu que tem sido um êxito, o balanço é positivo e que tanto quanto sabe, pelo menos antes de terminar o curso, já alguns formandos estavam a estabelecer a relação para a criação de emprego. ----------

---------- Interveio o senhor **Artur Miller**, que iniciou a sua intervenção saudando a intervenção realizada na unidade de saúde de Chave. De seguida referiu-se aos lugares de estacionamento dizendo que construindo o novo centro de saúde, vai retirar alguns lugares de estacionamento no largo da Feira e se a isso somar a previsível ampliação do edifício da Câmara, que vai retirar a zona de estacionamento, o que vai acontecer é a condensação do estacionamento no centro da Vila, propondo uma sugestão para que se pondere a construção de um parque subterrâneo. ----------

---------- De seguida saudou os novos prémios atribuídos aos passadiços do Paiva e que acha curioso ler a mensagem da senhora Presidente, que realça a conquista dos quatro galardões, mas que

dá um especial ênfase aos dois novos, mas que acredita que começam a ter um efeito pernicioso e que o município deve ter isso em conta, pois olhando, continuou, ao Anexo 2, páginas 76 e 77, verifica-se e citou, comparando o número de visitantes com o período homólogo denota-se um decréscimo em todos os meses analisados em todas as infraestruturas, exceto no museu Municipal e na loja interativa de turismo. Continuou referindo que se continua a ganhar os mesmos prémios, só que eles começam a se desvalorizar, inclusivamente pelo próprio município, e que aquilo que quer dar realce, são aos 2 novos que felicitou e que são de facto de serem relevados. Continuou referindo que o turismo aparece na atividade municipal logo a seguir ao planeamento e deixando para último o desenvolvimento económico e o empreendedorismo, o que demonstra a estagnação e a falta de visão que aqui tem alertado e que acha que fica difícil o que a senhora Presidente refere sua na mensagem, também no final, em construir um concelho com mais futuro, mas sem empreendedorismo, sem desenvolvimento económico, é difícil num futuro mais próximo para o nosso concelho e não é isso que quer. Saudou, ainda, o município pela distinção como autarquia mais familiarmente responsável. Referiu ainda que não se revê nas palavras do senhor Presidente da Junta de Mansores que referiu que admitiu que houve falhas nos transportes da Unir, mas que é injusto denunciar. Questionou, ainda, sobre a requalificação da estrada que vai do lugar de Zendo, freguesia de Rossas, à Ribeira e do Barbeito até à Farrapa e, também, sobre os passeios em que as pessoas circulam no centro da Vila, em mau estado devido às raízes das árvores que impedem o seu uso. ----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, referiu que é preciso mais estacionamento e por isso é que os projetos estão em curso, informando que na ampliação do edifício da Câmara Municipal está previsto um parque subterrâneo, bem como também está no orçamento um projeto que vai prever estacionamento, mas de uma outra forma do que estamos habituados. De seguida referiu-se aos Passadiços do Paiva, sublinhando que o mais importante é a questão da sustentabilidade e que o balanço se faz no final do ano, o balanço de pessoas, o balanço financeiro e que ao contrário de grande parte das infraestruturas que existem, a Ponte 516 é uma infraestrutura sustentável. Quanto à questão do armazém, referiu que os serviços vão analisar, recordando que adquiriram um novo armazém, sendo que sobre a questão do depósito de gasóleo, se há algo que tenha de ser melhorado ou regularizado, com certeza que o terá de fazer. De seguida referiu que no orçamento, estão identificadas as várias acessibilidades e no ordenamento do território estando previstos vários modos suaves. Referiu, ainda, que reconhece que existem vários passeios que realmente não estão em condições e que houve alturas em que foram plantadas árvores, sem se pensar

se eram ajustadas ou não para o local, mas estão a trabalhar em vários projetos para garantir uma maior mobilidade, os designados modos suaves. ----------

---------- Voltou a intervir o senhor **Artur Miller**, referindo que na área da saúde, mais concretamente a área da saúde oral, foi noticiado no portal do município, em vários órgãos de comunicação social, o lançamento do programa SORRISOS e realçou mais uma aposta do município na área da saúde oral, após o investimento no Gabinete de Medicina Dentária, no Centro de Saúde de Arouca, até no âmbito do programa de saúde oral para todos. E relembrou que este mesmo executivo descurou os dados relativamente à atividade do gabinete, quando contratualizou uma empresa para fazer o levantamento dos dados de saúde e o retrato de saúde de Arouca. Continuou referindo que é importante ser lembrado porque tendo em conta o lançamento deste programa, é inacreditável que se tenha pago por um estudo e não se tenha tido qualquer atenção em solicitar a inclusão destes dados e assim ficaram sem uma quantificação que permita uma avaliação séria do investimento realizado e que assim é com natural desconfiança que verificam que a informação disponibilizada no site é mais direcionada para projetar o programa e o próprio executivo municipal que o divulga com a pompa e circunstância que se conhece, enquanto promotor da iniciativa, do que fornecer informação fidedigna a quem pretende entender seriamente o seu propósito, nomeadamente aqueles que possam querer aderir e contribuir para melhorar a saúde oral dos arouquenses. Sobre o programa questionou qual é o alcance da população abrangida pelo programa? Tanto para parelhos ortodônticos como para prótese dentária? Foi feito esse levantamento? E relativamente ao apoio concedido especificamente a aparelhos Ortodônticos, perguntou, quais são as idades abrangidas? Os adultos também podem beneficiar deste programa? Foi feito algum tipo de estudo? Foi feito algum levantamento sobre as crianças no concelho que podem ser abrangidas pela necessidade da intervenção ortodôntica? Que tipo de derivação ortodôntica está programada a ser realizada? Continuou referindo que a Ortodontia implica que haja prévia e simultaneamente um acompanhamento adequado em termos de saúde oral e não faz sentido intervir ortodonticamente quando alguns aspetos de saúde oral não estão já previamente assegurados. Lembrou que é importante nestes programas incluir a literacia e que é necessária no âmbito quer da escola, da família e dos profissionais de saúde que acompanham as crianças.---- ----------

---------- Referiu, ainda, que o executivo como delineou o programa e o publicitou logo de seguida teve o cuidado de recolher informação científica e fidedigna junto de instituições como a ordem dos médicos dentistas, nomeadamente o colégio da especialidade de ortodontia, de forma a obter apoio e ajuda na identificação dos procedimentos que podem ser elegíveis e figurar num programa como este

e que querem é que o programa seja inovador. Referiu, ainda, que é muito importante que consiga responder de forma séria e credível a estas perguntas e que este tipo de respostas devem ser dadas quando o programa é anunciado, no qual deve ser descrito o que pretende atingir, com metas específicas e pensadas com indicadores e não meramente com aspeto panfletário. ----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, referiu que este foi um projeto desencadeado no âmbito das comunidades desfavorecidas, que é um projeto que é apoiado financeiramente e identificado pelos serviços sociais e que só tem direito quem tiver uma prescrição médica e que há uma relação estreita entre os serviços sociais e as demais equipas. Referiu, ainda, que este projeto foi apresentado no CLAS e todas as ações foram aprovadas, que foi considerado um projeto modelo que tem tido um grande alcance e que procura ser muito objetivo e muito justo. Continuou dizendo que não sabe se estão no relatório todos os dados concretos do número de pessoas, mas se não estão neste, serão incorporados no próximo relatório de atividades. ----------

---------- Interveio o senhor **Luís Almeida**, que iniciou a sua intervenção questionando sobre a cedência do Casarão da Escola Secundária, que é para fazer uma sala de Cultura e que desejava saber se aquilo é destinado a jovens, só frequentadores da escola ou para toda a gente em geral? De seguida questionou sobre o fornecimento de gasóleo, solicitando cópia do contrato da minuta do fornecimento de gasóleo simples e a granel e também a cópia do contrato que foi adjudicado à EDP Comercial SA um ajuste direto no valor de 866818,04€. Referiu, ainda, que na reunião de Câmara, do dia 7/11/2023, em que a senhora Presidente iniciou os trabalhos, todos os vereadores estavam presentes e que depois houve uma ausência da senhora Presidente e nas faltas não houve registo e no final a Presidente assina como Cláudia Oliveira. Questionou de seguida se a senhora Presidente da Câmara já passou a pasta ou se ainda vai passar? ----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, referiu que sobre a sua ausência na reunião, teve de se ausentar para ir a um funeral a que não podia faltar e que no final, como a Presidente não estava, a Vice-presidente teve que assinar a minuta. Sobre o Casarão referiu que está integrado num projeto que é o Centro de Experimentação Cultural, que será apoiado no âmbito do PRR e é um projeto que pretende requalificar aquele equipamento para as artes e que não será exclusivamente para a escola, mas é um edifício que está dentro da escola, e, portanto, será para a Comunidade jovem. Quanto aos documentos solicitados, referiu que os documentos são públicos, mas o melhor será solicitar á Mesa para os serviços poderem entregar as respetivas cópias. ----------

---------- Ausentou-se o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Chave.----------

---------- Interveio o senhor **Rui Vilar**, que referiu que em relação às perguntas que tinha deixado anteriormente, a senhora Presidente optou por não responder a nenhuma e que por ele não há problema nenhum, mas que julga que responder aos arouquenses é importante. Continuou referindo que pediu a disponibilização dos reportes que o município fez à Área Metropolitana do Porto em relação aos transportes e que gostava de saber se os vai disponibilizar ou não? Pediu o parecer dos serviços em relação ao Protocolo entre a Associação dos Amigos de Arouca e a Junta de Freguesia de Arouca e Burgo e gostava de saber se os vai disponibilizar ou não? ----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, referiu que quanto à questão dos reportes, tem em sua posse vários documentos relativos a reportes que foram feitos, com as datas e com as situações sinalizadas, e que não tem problema nenhum em os facultar. ----------

---------- De seguida o senhor Presidente da Mesa da Assembleia referiu que há três pedidos de elementos da assembleia, um do senhor Afonso Portugal, um outro do senhor Luís Almeida e agora do senhor Rui Vilar e pediu que deixassem na Mesa os pedidos para se poder formalizar à senhora Presidente de Câmara, o conteúdo exato dos pedidos. ----------

---------- **3.2 – ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2024:----------**

---------- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma apresentação do orçamento, que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo. Feita a apresentação a senhora Presidente da Câmara, referiu ainda, que este é um orçamento que se assume como o maior orçamento de sempre da história do município e que é um orçamento superior em relação ao orçamento anterior, em 13%, portanto, 31.374.800,00€. -

---------- Interveio de seguida, o senhor **André Vilar**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e avança a sua intervenção referindo que tomou posse, assumiu internamente quais seriam as suas lutas e reivindicações e que se ia debruçar nelas na sua intervenção. Continuou referindo que no âmbito deste orçamento é com grande satisfação que vê que o executivo municipal está a dar a devida importância aos jovens ao incluir pela primeira vez uma rubrica no orçamento municipal dedicada à Juventude e que isso demonstra que este executivo está comprometido em criar um ambiente favorável para que os jovens possam crescer e prosperar. Destacou os dois pareceres favoráveis emitidos por unanimidade no Conselho Municipal da Juventude e que, referiu, infelizmente, não foram remetidos por esta Assembleia para os seus membros e que esses pareceres mostram harmonia entre o executivo e os jovens representados neste Conselho, mas que no entanto, a inclusão de uma rubrica no orçamento municipal para a Juventude não é suficiente, é necessário que haja uma estratégia clara e bem definida para a Juventude, que inclua medidas concretas para

melhorar a participação e qualidade de vida dos jovens e que é também nesse campo que o município está a trabalhar, desde logo ao dar continuidade ao projeto. Referiu ainda quatro dos projetos em que o município ouve as necessidades e preocupações dos jovens para que se crie o Plano Municipal da Juventude para que, a partir daí se trabalhem políticas que realmente façam a diferença. Referiu, também, o trabalho que tem sido desenvolvido nesta área a nível metropolitano, com Arouca a participar ativamente através de jovens. Continuou com a intervenção, referindo que os serviços culturais, recreativos e religiosos e o comércio e o turismo representam cerca de 16% das Grandes Opções do Plano nestas rubricas e espera-se um ano desafiante, seja pela implementação dos bairros comerciais digitais, projeto oriundo do PRR e que trará a Arouca um investimento de mais de 1000000€, seja pelo apoio ao comércio local, cuja ação mais emblemática é a campanha de Natal. Referiu, ainda, que em 2024 serão os 50 anos do 25 de Abril, cuja celebração é imperiosa e espera-se que estas celebrações cheguem a todos os arouquenses, dos mais jovens aos mais velhos e que todos em conjunto honrem aqueles que lutaram pela liberdade e pela democracia e, também, os 80 anos da Feira das colheitas e que será um desafio, quer para o município, quer para as coletividades que ano após ano, fazem acontecer a festa maior. De seguida referiu que votar a favor deste orçamento é também votar a favor de requalificações de unidades de saúde, continuação do orçamento participativo, aquisição de terrenos para a via de ligação Rossio-Escariz, apoios sociais a pessoas vulneráveis, remodelação da escola Básica e Secundária de Escariz, reparação das estradas do concelho, reconversão das antigas escolas primárias, manutenção da tarifa social da água e da teleassistência, concretização do novo Parque da Saúde de Arouca, mas que é também dar continuidade ao programa eleitoral que os arouquenses escolheram em 2021. ----------
---------- De seguida o senhor Presidente da Mesa da Assembleia pediu esclarecimento ao senhor André Vilar sobre ter referido que não foram enviados os pareceres aos membros da Assembleia, porque não sabe ao que se referia e que esta Mesa da Assembleia quando assumiu funções passou a fazer uma coisa que nunca era feita até aqui, que é dar conhecimento a todos os membros da Assembleia Municipal através de e-mail, de toda a correspondência que a Mesa recebe. Continuou referindo que se o senhor André Vilar não recebeu alguma informação foi porque não chegou á Mesa da Assembleia essa informação ou a Mesa não teve conhecimento dela, porque com certeza teria sido disponibilizada. Referiu, ainda, que a Mesa da Assembleia tem sido sempre transparente, toda a informação que é recebida, é enviada para todos os elementos da Assembleia Municipal e que se há algum elemento da Assembleia que tenha alguma razão de queixa relativamente a isso, que o diga. E sobre este assunto, se não foram enviados os pareceres, foi porque a Mesa não teve acesso ou não teve

conhecimento deles e houve aqui um lapso qualquer que irá verificar. Continuou, ainda, que esta Mesa da Assembleia não oculta informação nenhuma a ninguém, que toda a informação é disponibilizada e que será sempre assim. ----------

---------- Interveio de seguida, o senhor **Pedro Bastos**, que começou por referir que não vê, nos documentos, plasmadas opções que sejam fruto de critérios objetivos de crescimento e desenvolvimento nos domínios da atração e fixação de pessoas e de novos investimentos. Referiu ainda que o orçamento de 2023 sofreu 26 alterações ao longo do ano, o que demonstra um acentuado desleixo no rigor do planeamento do orçamento, guiado apenas pelos fundos comunitários, refletindo-se nos diversos itens de 100€ espalhados por todo o orçamento. Continuou referindo que no orçamento de 2024 a soma das despesas correntes atinge 70,41% do orçamento, contra os 29,59% da soma das despesas de capital, hipotecando assim o futuro no que diz respeito à realização de obras fundamentais e estratégicas para o concelho e que continua a não ver refletido neste orçamento a tão esperada e desejada delegação de competências para as juntas de freguesia, deixando-as subjugadas ao centralismo cultivado pelo executivo e porventura condicionante de algumas deliberações nesta própria Assembleia e que considera que só estes pontos são mais do que suficientes e de relevância para justificar a sua rejeição deste orçamento.----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, referiu que os documentos são dinâmicos, para poder adequar-se às situações que vão surgindo. Referiu ainda que os itens de 100€ são vários, é verdade, mas são os itens de projetos que podem vir a ser revitalizados, nomeadamente nalgumas juntas de freguesia e permite ao Município comparticipar e, que não está previsto, mas que se houver necessidade, será reforçado com certeza. De seguida lembrou que desde que assumiram a descentralização das competências aumentaram mais ainda nas despesas correntes. ----------

---------- Voltou a intervir o senhor **Pedro Bastos**, referindo que numa empresa privada, um orçamento alterado 26 vezes num ano, dava no mínimo direito a despedimento. E que realmente a despesa aumentou porque houve entrega de delegação de competências, mas também entrou mais dinheiro por causa disso, ou seja, que desde o início deste mandato no mapa de pessoal, aumentou o número de pessoas a trabalhar, aumentou o número de viaturas, é um facto, aumenta a despesa, mas que também é verdade que se continua a ver cada vez mais a contratar serviços externos e tudo isso faz parte da despesa. Referiu ainda que se continuam a ceder instalações da própria autarquia em detrimento de as aproveitar, em vez de estar a pagar rendas avultadas no centro da vila para ter as instalações a funcionar. ----------

---

---------- Interveio de seguida, o senhor **Diogo Santos**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e iniciou a sua intervenção referindo que o orçamento é um reflexo das suas prioridades e um espelho do desenvolvimento do município. Disse ainda que nos anos transatos, testemunhou um notável desenvolvimento em diversas áreas e que esse crescimento substancial coloca o orçamento municipal no centro das atenções, uma vez que se torna cada vez mais especial garantir a alocação eficiente dos recursos para dar continuidade a este progresso. Destacou a boa saúde financeira contínua do município, que ao longo dos anos tem vindo a fazer um trabalho notável, priorizando o bem-estar dos arouquenses. Referiu a gestão, cuidadosa e estratégica dos recursos financeiros que permite investir cada vez mais nos arouquenses. De seguida salientou o compromisso contínuo com os munícipes e fez referência a vários pontos do orçamento como o IMI, a habitação, acessibilidades. Referiu, ainda, que considerando que o projeto do loteamento da Quinta do Cerrado está em andamento e está programada a sua conclusão para o final de 2024, questionou a senhora Presidente, se já estão a ser estudados e planeados mais loteamentos do mesmo formato? ----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, referiu que tem previsto noutras freguesias nomeadamente em Fermedo, Mansores, Moldes a requalificação de algumas escolas também para esse fim. ----------

---------- Interveio de seguida o senhor **Óscar Brandão** que antes da intervenção sobre o ponto, fez referência ao Plano Diretor Municipal e a apresentação para os autarcas, nomeadamente para os deputados municipais e para as juntas de freguesia, e que é seu entendimento que deve haver uma sessão específica e que acha que pode ser perfeitamente para os deputados municipais e para os Presidentes de Juntas. Relativamente ao ponto em assunto começou por referir que existem 5 ordens de razão que poderiam levar a que pudesse aprovar este Orçamento e as Grandes Opções de Plano e que a primeira razão era que ele constituísse um compromisso claro com que vai ser executado, a segunda razão ser esclarecedor quanto às Grandes Opções que defende para o desenvolvimento do Concelho, a terceira razão seria promover o tratamento equitativo de todas as freguesias e nomeadamente das juntas de freguesia, a quarta razão seria, de acordo com o estatuto da oposição, com auscultação das forças políticas que se entregam aos municípios e, por fim, responder às promessas e compromissos eleitorais assumidos com o Partido Socialista durante a campanha eleitoral. Continuou referindo que a presente proposta do Orçamento e de Grandes Opções do Plano não é clara, não vai ser executada e não é esclarecedora, não é equitativa, não respeita os direitos da oposição e não leva ao cumprimento das promessas feitas pelo Partido Socialista durante a campanha. E de seguida fez referência a alguns exemplos. Depois continuou referindo que este orçamento reflete

em si exclusivamente prioridades de opções da maioria socialista e mais uma vez, os partidos da oposição foram afastados da sua elaboração. Continuou a intervenção referindo que as opções deste Orçamento resultam das escolhas pouco racionais, dado que não respondem aos desafios dos problemas do Concelho, claramente identificados tanto pelos autarcas do PSD, como pelos relatórios e estudos da Câmara e de que é exemplo paradigmático o Plano Estratégico de Arouca e não privilegia o investimento. Referiu ainda que é inaceitável que a Câmara gaste 70% do seu orçamento em despesas correntes e fique tão pouco para despesas de capital, não permitindo assim realizar obras fundamentais, algumas das quais do primeiro patamar de desenvolvimento e que mais uma vez estamos perante opções estratégicas que hipotecam o futuro, direcionando recursos quase única e exclusivamente para a gestão corrente, descurando necessidades, limitações evidentes no que respeita à atratividade e investimento. Referiu que é inaceitável a contínua discriminação das juntas de freguesia e que tirando os valores para os caminhos vicinais, as freguesias de Rossas, Canelas, Espiunca, Covelo, Janarde, Albergaria, Várzea, Mansores, Escariz e Tropeço juntas, recebem menos em obras inscritas no capítulo ordenamento do território, de que o valor anual atribuído à Associação Geoparque e que volta a não haver qualquer delegação de competências nas juntas de freguesia. Referiu, ainda, as verbas de 100€ espalhadas pelo Orçamento e Grandes Opções de Plano e que todos estes factos são a razão para afirmar que as Grandes Opções do Plano e Orçamento não são os melhores para o Concelho e que com eles o PS não cumpre o que prometeu, não trata as freguesias com equidade e não respeita a oposição. ----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, referiu que foi cumprido o direito de oposição, que não houve qualquer contributo e que, aliás, a oposição fez chegar um documento indicando que não daria qualquer contributo. ----------

---------- Voltou a intervir o senhor **Óscar Brandão**, referindo que acha perverso, porque com certeza a Presidente ouve, tem presente o que aqui foi dito e que na Assembleia Municipal de setembro, estariam abertos a discutir com a Presidente da Câmara de forma concreta e com princípios de lealdade em trabalhar no seu esboço, trabalhar na sua concretização e que os Vereadores participassem de forma efetiva nesse documento e na sua elaboração. Recordou que nos últimos anos sempre contribuíram com propostas após o envio do orçamento, mas que a Presidente nunca lhe deu crédito e o que fez foi um mero simulacro de auscultação da oposição e que para isso não conte com eles, para esse simular de auscultação. ----------

---------- Interveio de seguida o senhor **Rui Vilar** que referiu que ao executivo liderado por Margarida Belém, em funções desde as eleições de 2021, é tempo de um certo balanço quanto às

opções que são tomadas ou no caso também quanto à ausência. De seguida referiu algumas opções que no entender do PSD são bastante importantes para o desenvolvimento do Concelho e que a primeira delas é a questão da habitação, é um problema de Arouca, é um problema do país, é um problema europeu. A segunda é o PDM, a revisão do PDM que se encontra atrasado, mas o certo é que, consultando a informação que já temos e também consultando informação de especialistas na área, referiu, o que se concluí é que o documento se encontra muito colado à versão anterior. No que toca aos fatores de influência local, nota-se muito pouco trabalho e muita pouca intervenção por parte do executivo, que o tipo de estratégia de desenvolvimento urbano é igual, ou seja, não resolve os problemas da habitação. Continuou a intervenção dando exemplos de interpretação do novo PDM. De seguida continuou a intervenção referindo que no Orçamento também continua a esquecer-se muito das infraestruturas rodoviárias, dando exemplo da ponte de Alvarenga, em que o PSD fez uma proposta e foi ignorada. A Câmara arranjou uma solução que foi um muro com uns furos para passar água e que no entender do PSD tem de haver um projeto de requalificação a sério daquela ponte. Continuou referindo que um dos pontos mais importantes que vê completamente ignorados por parte do executivo, é a conclusão da estrada nacional EN326, que não se pode esperar mais 20 ou 30 anos. Referiu, também, as telecomunicações, que é outro problema que a senhora Presidente tinha dito que a melhoria da capacidade tem sido pedida, mas basta fazer essa estrada nacional EN326 para se perder a rede várias vezes, ou seja, ainda estamos com cobertura de rede pior do que aquela que tínhamos antes. O que é que se passa, questionou? Por fim referiu o turismo, que apesar de ser a bandeira deste executivo constata-se que o desenvolvimento nesta área se encontra estagnado, além dos prémios que são pagos e que já aqui foram referidos e das viagens ao Dubai, tem que admitir a drástica redução de visitantes aos passadiços e à ponte suspensa e o que se tem visto são dois grandes investimentos privados, o Centro Hípico e o Hotel no Convento, saudando os privados que investem em Arouca, que arriscam em Arouca. ----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, referiu que na intervenção pouco falou do orçamento, falou muito do PDM que estará aqui em discussão e é importante a reunião que vamos ter em conjunto e que a palavra final é dada pela Assembleia Municipal. Referiu, ainda, que as escolas recuperadas estão a ser utilizadas, é um investimento e estão a ser utilizadas para os eventos do município, e que é um investimento que foi feito. ----------

---------- Voltou a intervir o senhor **Rui Vilar**, referindo que gostava que a senhora Presidente respondesse às perguntas que fez e que acha que são perguntas importantes e que gostava de ver

respondidas, saber se vai optar pela requalificação da estrada nacional ou se vai avançar para a terceira fase da variante? Saber o que é que foi feito em relação ao turismo? ----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, referiu que já tinha respondido e que fica satisfeita dos investimentos privados a que fez referência, porque sendo investimentos privados resultam da confiança dos investidores na estratégia do Município. ----------

---------- Voltou a intervir o senhor **Rui Vilar**, referindo que foram feitas várias questões sobre habitação, infraestruturas rodoviárias, telecomunicações e ao turismo, várias perguntas muito diretas sobre quais seriam as opções do município e a senhora Presidente da Câmara opta por não responder e que já é uma prática reiterada deste executivo. Continuou referindo que está no direito de a senhora Presidente não responder, mas que também está no direito dele de vir questionar aqui para as pessoas saberem, para ficar em ata que a senhora Presidente não responde a estes temas, que deve entender pouco importantes, senão certamente responderia. ----------

---------- Interveio de seguida o senhor **Afonso Portugal** que referiu que estamos a perder demasiado tempo nesta Assembleia e que a tendência é para as pessoas repetir, repetir e defender as suas damas e que é correto, mas do seu ponto de vista é que, neste caso concreto, no ponto que se destina à discussão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano se venham apresentar propostas e perguntar á senhora Presidente da Câmara sobre realidades, que não existem e sobre projetos que não estão patentes e sobre matérias que não é o momento exato para as colocar. De seguida sugeriu que a oposição e a não oposição trouxessem aqui para esta Assembleia, para esclarecer e convencer do que é que consta nas despesas correntes que deveria ser excluído. De seguida referiu do direito da oposição, perfeitamente legitimo devido a uma lei e que todos os anos o Orçamento é apresentado até determinada data e que todos os anos, o PSD e a oposição em geral sabem que até aquela data a Câmara tem de apresentar um orçamento e que sendo assim a partir dessa data as oposições podem já começar a trabalhar em ideias e em propostas para o próximo orçamento. ----------

---------- Voltou a intervir o senhor **Rui Vilar**, referindo que a nova desculpa para a senhora Presidente é não responder e que este não é o ponto, mas é engraçado, referiu, o senhor Afonso Portugal que vem aqui criticar o PSD por falar de coisas que não tinha nada a ver com o orçamento e ouvindo a sua intervenção, o senhor Afonso Portugal é que vem falar de tudo, menos do orçamento, que vem falar da oposição disto e daquilo. Continuou a intervenção referindo que fez uma apresentação onde falou de 4 áreas, habitação e serviços coletivos, segurança e ações sociais, comércio e turismo e que a única das 4 que não tinha falado foi na educação e que se isso não é falar de orçamento é falar do quê? E, continuando, referiu que a senhora Presidente não respondeu porque

isto não é o ponto para falar sobre estes assuntos. E que o senhor Afonso Portugal diz para começarem amanhã a fazer propostas ao orçamento, mas que é aquilo que pretendem fazer, mas que a Câmara não quer, porque não quer ouvir o PSD, porque querem participar na génese do documento, precisamente para escolher quais as dotações orçamentais que querem priorizar e aquelas que não querem, concluiu. ----------

---------- Interveio de seguida o senhor **Artur Miller** que pediu respeito pelos tempos de intervenção dos deputados aqui eleitos. E que, respondendo ao senhor Afonso Portugal, já são várias as vezes que remete para esse tipo de situação, em que a oposição é repetitiva e lembrou que o orçamento é um instrumento de ação política do executivo e que é normal, na sua opinião, que a oposição, que tem um projeto político diferente, tenha normalmente uma visão diferente daquela que está a ser projetada pelo município. E o que acontece é que o PSD, com liderança da oposição, até solicita fazer parte da construção de um documento, como é o orçamento e remete propostas, porque, nomeadamente a estrada que liga a Abelheira ao fim da variante, foi toda orçamentada, foi feito todo esse trabalho, assim como as taxas do IRS de 5% para 3% e as bolsas de estudo. Por fim questionou a senhora Presidente da Câmara porque é que rejeitou a proposta do PSD de baixar a taxa de IRS de 5% para 3% quando apresentam o maior orçamento de sempre? ----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, referiu que relativamente ao IRS, houve a preocupação de reduzir um imposto que é fundamental para todos os arouquenses e que o IRS beneficia essencialmente a quem paga e que portanto esta receita é fundamental para reforçar o orçamento, para reforçar o apoio que tem vindo a garantir no âmbito social e que são poucos aqueles que pagam e que julga que a distribuição de meia dúzia de euros por cada munícipe que paga IRS é mais benéfico a consideração desta verba que é fundamental para reforçar o orçamento do município para poder executar principalmente na área social. ----------

---------- Voltou a intervir o senhor **Afonso Portugal**, referindo que a primeira coisa que falou aqui foi de orçamento que é constituído por despesas e receitas para haver um orçamento equilibrado que tem de ser. Que tem de haver verbas semelhantes a cobrir uma e a gastar na outra. Continuou que se entendem que o valor gasto em despesas correntes é exagerado, tem de se baixar essas despesas, subindo simultaneamente as despesas de capital. ----------

---------- Interveio de seguida o senhor **Luís Almeida** para manifestar o seu voto contra, referindo que o que se vê aqui é ajustes diretos constantes e não cumpre a lei da transparência ao município, e que não sabe porque ainda não foi criado o Provedor do Munícipe. Referiu ainda que este orçamento já está ultrapassado e convidou todos a votar contra o orçamento. ----------

---------- Interveio de seguida o senhor **Luís Filipe Teles**, Presidente da Junta de Freguesia Alvarenga, que depois de todos os cumprimentos e que depois de ter analisado o orçamento referiu que, sobre as juntas de freguesia e as transferências para os caminhos vicinais, fez uma análise desde 2014 até hoje e que chegou á conclusão que as juntas de freguesia têm as receitas que vêm do Estado e da Câmara Municipal e que depois de analisar os dados de 2014 notou que da parte do Estado aumentou 120% nas receitas, da Câmara Municipal apenas 34%, ou seja a curva não tem acompanhado. E que queria saber qual é que era a opinião da senhora Presidente relativamente a isso e se não se pode melhor a curva, tendo em conta estes últimos anos, estas dificuldades enormes que se tem atravessado com a inflação que tem subido, com a limpeza dos caminhos vicinais que hoje não se faz ao preço de 2014 e portanto, com todas estas despesas acrescidas que as juntas têm tido. ----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, referiu que reconhece a necessidade de aumentar e reforçar, mas que só consegue reforçar, se aumentar também a receita, dando nota todavia, que foi feito um esforço, com o Município a reforçar a verba este ano em 6.8% para esse efeito, informando que, para aumentar para as juntas de freguesia, teve de abdicar de outros investimentos. -

---------- Procedeu-se à votação do documento, por braço no ar, tendo o mesmo sido aprovado com 12 votos contra, 7 abstenções e 17 votos a favor. ----------

---------- **3.3 – COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA: ----------**

---------- Não havendo intervenções, o documento foi posto à votação, por braço no ar, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. ----------

---------- **3.4 – MAPA DE PESSOAL PARA 2024: ----------**

---------- Não havendo intervenções, o documento foi posto à votação, por braço no ar, tendo o mesmo sido aprovado com 7 abstenções e 29 votos a favor. ----------

---------- **3.5 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMOVEIS – FIXAÇÃO DA TAXA: ----------**

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma breve apresentação da proposta: manter o IMI na taxa mínima para 2024. ----------

---------- Não havendo intervenções foi colocada à votação, por braço no ar, tendo sido aprovada por unanimidade. ----------

---------- **3.6 – MOBILIDADE E SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ADITAMENTO: ----------**

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma breve apresentação deste ponto. ----------

---------- Interveio de seguida o senhor **Artur Miller**, que referiu que a bancada do PSD vai abster-se e que no que respeita à mobilidade e serviço público de transporte de passageiros, visa, acima de tudo, espelhar as dúvidas que subsistem no que toca à defesa intransigente dos interesses dos munícipes. E que são por demais evidentes os constrangimentos e as dificuldades dos concidadãos com a rede metropolitana de transportes Unir e que de facto não há memória de tamanho alarme social na sociedade arouquense, pais, alunos, idosos, trabalhadores e utentes em geral. Continuou dizendo que ao longo destes últimos anos, desde 2019, foram vários os alertas, quer em reunião de Câmara, quer nesta Assembleia Municipal para a situação que agora se vive e que reforça a sua desconfiança e que a falta de influência política da senhora Presidente tem sido por demais evidente, mesmo aquando do exercício do cargo de Vice-Presidente do Conselho Metropolitano do Porto. Referiu ainda que a abstenção demonstra também a preocupação para o facto de, com esta medida, voltar a ouvir da parte da senhora Presidente uma desresponsabilização do executivo por ela liderada e remetendo as culpas para mais esta nova entidade. ----------

---------- Interveio de seguida o senhor **Pedro Bastos**, que referiu que tinha uma expectativa bastante positiva em relação à Área Metropolitana do Porto, que tinha como uma entidade cuja causa de existência deveria ser para combater as assimetrias entre os vários municípios, mas os atos têm evidenciado que não passa de mais uma entidade de promoção de interesses pessoais e políticos com objetivos de açambarcar fundos comunitários, onde não existe solidariedade, nem unidade com os parceiros sendo Arouca grande em território mas pequeno em população, não é vista como parte integrante pelos responsáveis da Área Metropolitana do Porto, mas sim como um mero apêndice. ----

---------- Interveio de seguida o senhor **Luís Almeida** que referiu que sobre este aditamento, o que é que se vai perder? Referiu que gostava de ver igualdade no tratamento aos passageiros, nomeadamente paragens de autocarros para as pessoas, com qualidade, conforto e segurança para os utentes e com capacidade, informação da hora nas paragens, tal como acontece nas outras cidades ou municípios da Área Metropolitana do Porto. Referiu ainda que os autocarros não circulam dentro da Vila, que deve ser a única localidade de Área Metropolitana onde isso acontece, não deixam os utentes próximo dos locais onde precisam de ir e, sobre a localização da máquina para a validação do Andante, devia ser mais central, na central de camionagem. Ainda referiu sobre o senhor Primeiro-Ministro em gestão a inaugurar as novas carruagens do metro do Porto e deram-nos autocarros velhos com matrículas novas para os utentes da Área Metropolitana do Porto. ----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, referiu que uma operação desta dimensão não pode ser acompanhada nem resolvidos os problemas de que estamos a falar de serviço

de melhoria e monitorização com 5 ou 6 pessoas da Área Metropolitana e por isso é que, tal como fez Lisboa, é importante a constituição desta Empresa Municipal. Recordou que o que estamos a decidir neste ponto é o permitirmos subdelegar esta competência na Área Metropolitana. Informou que nos documentos que estão anexos está o capital social da empresa e o valor correspondente ao município de Arouca e que é fundamental para que a operação corra bem e que tudo o que tenha a ver com a melhoria do serviço e das acessibilidades e por isso é que tem que ser constituída a empresa metropolitana para garantir essa eficiência e essa gestão dos meios e dos recursos. ----------

---------- Procedeu-se à votação do documento, por braço no ar, tendo o mesmo sido aprovado com 12 abstenções e 24 votos a favor. ----------

---------- **3.7 – DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO ESTADO PARA A ÁREA METROPOLITANA DO PORTO:** ----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, referiu que se trata da descentralização de competências do Estado para a Área Metropolitana em 4 áreas, educação, saúde, vias navegáveis e ação social e que tem de ser deliberado pelas Assembleias Municipais. ----------

---------- Interveio de seguida o senhor **Luís Almeida** que referiu ter as dúvidas que podem surgir na parte da gestão destas competências, porque já viu que não correu bem na gestão, do Coliseu e dos Transportes Metropolitanos e que é preciso ter atenção, com os senhores do Porto, que acham que são donos do Norte e vêm atacar os outros municípios a dizer que são eles que põem em causa a Regionalização com as atitudes de divisão na Área Metropolitana do Porto quando deviam ser os senhores do Porto a defender toda a região e não apenas o Porto. ----------

---------- Interveio de seguida o senhor **Óscar Brandão** que referiu que sobre a descentralização de competências, continua a haver um défice de informação por parte dos autarcas do município. Que não tem qualquer relatório, não dá qualquer informação sobre esta matéria e ela era importante. Que precisam de aceder a esta informação para ajuizar de forma consentânea. É que assim votam um bocado mais no vazio e precisam de informação sobre o que é que se passa nestas estruturas onde o município está representado. E acha que era obrigação da senhora Presidente dar uma informação, ainda que sumária, sobre como é que estão todas estas questões que à Área Metropolitana do Porto dizem respeito. Tem muito pouca informação e que precisa de um balanço crítico sobre o que é que está a ser feito na área da descentralização. E que era importante que se tivesse uma informação mais cabal e mais concreta sobre como é que estão as descentralizações das competências do Governo para a Câmara Municipal de Arouca e que já se sabe que a Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia tem informação toda porque a competência transferida não é nenhuma. ----------

---------- Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, referiu que a descentralização de competências que tem vindo a assumir está retratada no documento que apresentaram e que relativamente às competências do Estado para a Área Metropolitana é uma questão de se solicitar um relatório à Área Metropolitana, as decisões são conhecidas e os documentos são partilhados na Net, referiu. ---- ----------

---------- Interveio de seguida o senhor **José Maria Ribeiro** que referiu a possibilidade de, enquanto Assembleia, se poder chamar um Secretário da Área Metropolitana para dar algumas explicações, porque acha que há aqui sempre algum sentido de se esconder determinadas coisas. -----

---------- Procedeu-se à votação do documento, por braço no ar, tendo o mesmo sido aprovado com 14 abstenções e 22 votos a favor. ----------

---------- **3.8 – INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA E DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – CONHECIMENTO:** ----------

---------- Interveio o senhor **Rui Vilar** que referiu após ler o relatório do ROC, ter que dar razão ao senhor Afonso Portugal que por vezes, têm mesmo que ser repetitivos, porque o ROC nas recomendações que faz no seu relatório que são quase sempre as mesmas, ou seja, a Câmara pura e simplesmente ignora os alertas, que são dados pelo Revisor Oficial de Contas, nomeadamente quanto ao aumento de despesas correntes que continuam a aumentar de forma preocupante, a Câmara consome muito mais do que 50% do seu orçamento em despesas correntes e depois pouco sobra para o investimento. Referiu ainda que há aqui um aumento do passivo, cerca de 32% e que também leva a questionar o porquê deste aumento. Referiu outra recomendação habitual que é o baixo grau de execução e, neste momento, o relatório que data de julho, o grau de execução era diminuto. Por fim, referiu também, sobre um constante alerta para as cada vez mais diminutas receitas por parte da Câmara Municipal, em que há um problema já alertado pelo ROC e que parece que esta Câmara Municipal só quer mesmo as receitas do IRS e aí acha que gere melhor esse dinheiro do que os arouquenses que tinham direito a recebê-lo. ----------

---------- **APROVAÇÃO DA MINUTA:** ----------

---------- A Assembleia Municipal deliberou, após leitura e votação de braço no ar, aprovar por unanimidade, a presente ata em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. ----------

---------- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 20 horas e 30 minutos. ----------

---------- Para os devidos efeitos, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada será assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Geraldo Campas, que a redigi e a subscrevo. -----